



CONCEPTOS  
Y FENÓMENOS  
FUNDAMENTALES  
DE NUESTRO  
TIEMPO

---

UNAM

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO  
INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIALES

EL SISTEMA MUNDIAL  
Y LOS MODELOS DE DESARROLLO  
THEOTONIO DOS SANTOS

Noviembre 2004

**EL SISTEMA MUNDIAL  
Y LOS MODELOS DE DESARROLLO**  
Por Theotonio Dos Santos\*

O conceito do sistema econômico mundial está ligado ao fenômeno da expansão do capitalismo mercantil europeu nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, que, através dos descobrimentos marítimos e da navegação oceânica, consegue estabelecer a articulação física entre as várias regiões da Terra, estabelecendo pela primeira vez um comércio de caráter mundial. Como havíamos colocado nas nossas discussões metodológicas sobre a teoria da dependência, a formação desse sistema mundial passa pela hegemonia, primeiro de Portugal e Espanha, segundo da Holanda, para terminar sobre a hegemonia inglesa, de tal forma que esse processo de acumulação mundial tem o caráter de estar hegemonizado por um centro, um polo articulador dessa economia mundial. Daí nasce a minha concepção de uma economia mundial, historicamente datada. Este conceito se apóia na constatação de que há uma tendência histórica, reforçada a partir dos descobrimentos marítimos, a produzir-se uma autonomia crescente do mercado mundial. Ao mesmo tempo, como resultado da concentração e divisão do trabalho, iniciadas com a produção manufatureira e revolucionadas com a revolução industrial, desenvolve-se uma interdependência entre os diferentes ramos que formam a economia mundial. Esta interdependência se estende às várias economias industriais locais e se impõe sobre os três grandes setores econômicos: a agricultura, a indústria e os serviços em escala mundial.

Essa economia mundial forma, assim, uma divisão internacional do trabalho onde os setores mais dinâmicos da acumulação de capital se encontram no centro do sistema, enquanto que os setores dependentes da demanda e do avanço tecnológico dos setores mais avançados se submetem aos seus mercados, aos seus capitais, alimentando a formação do seu excedente econômico e da sua capacidade de organizar e determinar essa economia mundial. Esta concepção afirma também o papel da economia monopólica na formação das relações econômicas em escala mundial, bem como a presença dos Estados nacionais no processo de integração dessa economia mundial, enfatizando a evolução do sistema

---

\* Profesor titular de la Universidad Federal Fulmínense, Coordinador de la Cátedra y Red de la UNESCO y de la Universidad de las Naciones Unidas sobre Economía Global y Desarrollo Sostenible ([www.reggen.org.br](http://www.reggen.org.br)), Presidente del Consejo Científico de la Red sobre Ética y Política en la Actividad Económica ([www.pekea.org](http://www.pekea.org)).

empresarial, desde as companhias comerciais do século XVI ao XVIII até a formação dos *trusts* e cartéis do século XIX e começo do século XX. Por fim, há a formação das empresas multinacionais depois da Segunda Guerra Mundial, que evoluem para empresas transnacionais, sendo que hoje parte delas já são empresas globais.

Esse sistema empresarial forma a célula dessa economia mundial, operando segundo princípios oligopólicos e monopólicos, aliando-se estreitamente aos Estados nacionais e coloniais para a sua acumulação de capital. Este conceito tem também suas raízes na definição do imperialismo como um estágio do capitalismo mundial, mas procura não só explicar a constituição desse processo pela expansão do capitalismo mundial sobre o resto do mundo, mas também as inter-relações desse capitalismo mundial apoiado no monopólio e nas economias dependentes, que foram objeto da expansão deste capitalismo mundial. Desta forma, a presença de importantes sobrevivências de formas pré-capitalistas e pós-capitalistas dentro dessa economia mundial se explicam pelas próprias leis de desenvolvimento do capitalismo e como formações sociais a ela subordinadas. Isto é, ninguém deve ver no escravismo colonial moderno uma simples repetição do escravismo greco-romano e sim uma nova forma de uma relação social pré-existente.

Desta forma, ao explicar estas sobrevivências pela próprias necessidades desta economia mundial essencialmente capitalista monopólica, mostramos como as economias pré-capitalistas foram profundamente modificadas e refuncionalizadas pela expansão do capitalismo. O capitalismo comercial vai se utilizar, por exemplo, de sistemas de produção os mais diferenciados, desde o velho sistema servil, o sistema familiar, o sistema manufatureiro, o sistema escravista em grande escala - próprio da economia colonial moderna - , até a constituição das bases efetivas de um sistema assalariado de produção, que vai permitir o surgimento do capitalismo industrial e, portanto, de um modo de produção capitalista em que o capitalismo, se converte num sistema de produção e não só num sistema de organização, apropriação, e acumulação de riqueza.

Este ponto suscita divergências bastante complexas entre vários autores que tentam qualificar o momento em que surge o modo de produção capitalista, que identificamos claramente com o surgimento da Revolução Industrial e daquilo que Marx chamaria de "subsunção" real do processo de produção ao capital. Esta subsunção se dá através da formação da grande indústria moderna. É neste momento histórico que caracterizamos a

criação de um modo de produção capitalista, que vai gerar o processo de formação do proletariado moderno, isto é, do assalariado. Ele inicia-se no setor industrial e vai se expandir, no fim do século XIX, a todo o sistema de serviço, inclusive criando empresas estatais que se regem por princípios assalariados, princípios estes que se convertem na forma fundamental de relação de produção na sociedade capitalista.

Como vimos, isto só foi possível a partir do surgimento da grande indústria e da sua evolução posterior para novas fases da Revolução Industrial - até o surgimento da revolução científico-técnica durante a Segunda Guerra Mundial. A implantação da revolução científico-técnica dá-se progressivamente durante a ascensão econômica do pós-guerra, e sua incorporação mais radical ao processo de produção, apesar de ainda insuficiente, ocorre depois de 1967, quando começa a decair a capacidade de crescimento da economia mundial e a revolução científico-técnica começa a ser assimilada ao setor de serviços, para avançar, na década de 80, para o setor de produção industrial através da automação maciça.

Com a revolução científico-técnica, portanto, a relação assalariada começa a assumir uma forma nova porque ela vai se separando das atividades diretamente produtivas para converter-se num pagamento dos meios necessários para a sobrevivência dos mais distintos setores da população, dedicados uma parte a atividades diretamente produtivas, mas em sua grande maioria já separados dessas atividades. A relação salarial, então, começa a entrar em crise como relação capitalista, originando-se uma nova visão do salário, cada vez mais visto como atendimento das necessidades da população e não mais como o pagamento de uma mão-de-obra utilizada pelo capital.

O conceito de economia mundial nos permite visualizar o funcionamento de um conjunto de regiões integradas entre si, um conjunto de setores produtivos e econômicos, interdependentes entre si, formando uma divisão do trabalho e famílias de produção dentro de cada um desses setores. Por exemplo, as distintas áreas da agricultura hegemonizavam a produção manufatureira durante o sistema de produção feudal. Contudo, com a crescente hegemonia das relações manufatureiras e, mais tarde, da produção industrial, a atividade agrícola vai se submetendo cada vez mais às formas sociais e às relações de produção próprias do capitalismo moderno. Nos nossos dias, sob o impacto da revolução científico-técnica, os distintos ramos do setor de serviços (no qual o conhecimento e a comunicação

vêm adquirindo um papel preponderante), tendem a assumir a hegemonia sobre o conjunto das atividades econômicas. Cada vez mais, a produção industrial se submete às formas sociais e às novas relações de produção criadas pela revolução científico-tecnológica. Estas mudanças ocorrem numa escala mundial e afetam, portanto, o sistema econômico global de caráter capitalista e as economias pós-capitalistas, que ganham grande força neste período de transição mas não são hegemônicas na atual estrutura mundial.

Ao lado, portanto, do conceito de economia mundial, está o conceito de sistema mundo. É um conceito que busca integrar as realidades nacionais, internacionais, transnacionais, multinacionais e globais que formam a economia mundial. A noção de sistema indica que esses distintos elementos estão integrados e são interdependentes entre si, e que a economia mundial que integra esse sistema é capaz de se *auto-reproduzir* tendo nos Estados nacionais e nas economias nacionais a sua principal base de auto-reprodução, sem esquecer, contudo, que as economias nacionais estão formadas de economias locais, com maior ou menor grau de integração entre elas, posto que muitas economias locais, nesse sistema global, podem se integrar, às vezes, mais com economias externas do que com a sua economia nacional.

Veja-se o caso das economias exportadoras típicas. Michel Beaud (1990) insiste na tese sobre a complexidade dessas inter-relações, estabelecendo a noção de sistema nacional mundial hierarquizado, que integraria todos esses elementos dentro de hierarquias bem definidas e ligadas à idéia de potências hegemônicas, centros de acumulação e zonas periféricas e dependentes. Wallerstein e Giovanni Arrighi tentam distinguir, nesse sistema de centro e periferia, zonas que eles chamam de semiperiféricas, que têm uma especial relação com o centro do sistema e que podem, inclusive, converter-se em novos centros a nível regional ou mesmo a nível global, substituindo os estados centrais, como ocorreu na mudança de Portugal e Espanha para a Holanda, da Holanda para a Inglaterra e da Inglaterra para os Estados Unidos.

Vale aqui estabelecer um parêntese para comentar que, apesar de haverem elaborado esta distinção entre periferia e semi-periferia, Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel são bastante críticos à idéia de que Espanha e Portugal tenham desempenhado o papel de Estados centrais no sistema mundial. Esta crítica, para mim, é produto, talvez, mais de um preconceito do que de uma observação histórica. É claro que o Estado espanhol foi mais do que um Estado nacional e passou pelo vínculo com a Holanda e o mediterrâneo. É verdade

que Portugal esteve sob a hegemonia espanhola durante um período importante. Mas é inegável que Espanha e Portugal ocuparam um papel central, articulando a economia europeia, africana e americana e parte da economia asiática, formando assim o primeiro império marítimo moderno.

Posteriormente, este império foi substituído, em parte, pelos holandeses, que sofreram várias derrotas e tiveram que se contentar com algumas possessões periféricas ou semiperiféricas, e pelos ingleses, que vão estabelecer realmente o maior império do século XIX. O império inglês, que se consolidou após a derrota da França, foi por sua vez, é substituído, depois da Segunda Guerra Mundial, após um longo período de competição econômica e militar com a Alemanha, pelos Estados Unidos.

Dessa forma, a noção de sistema mundial mostra-se mais rica do que a noção de economia mundial, porque nos permite não só tomar esses elementos da acumulação e econômicos, como também as noções dos movimentos anti-sistêmicos, que têm sido objeto especial de análise de Immanuel Wallerstein, de Giovanni Arrighi e de outros membros do grupo do Centro Fernand Braudel em Binghamton, nos Estados Unidos. A ideia de sistema mundial tem sido objeto de estudos muito mais complexos na medida em que ela se integra, também, com a noção de ondas longas, não somente as ondas longas de Kondratiev, mas também ciclos mais longos que foram identificados por Fernand Braudel e integrados na análise do Centro Fernand Braudel (dirigido por Immanuel Wallerstein), trazendo várias importantes contribuições ao estudo da problemática sobre a articulação entre o sistema mundial e os ciclos longos, temas que desenvolveremos posteriormente.

Fernand Braudel nos brindou com o conceito de economias-mundo. Como vimos na abertura deste trabalho, este conceito nos permite ver como as economias das cidades-estado do Mediterrâneo podem ser entendidas no contexto de uma economia-mundo na qual se inseriam. Algumas destas cidades-estados ocupavam posição hegemônica, como nos mostra o próprio Braudel, e como já havia mostrado Oliver C. Cox (1957) nos seus estudos sobre as cidades-estado do Renascimento. Mas podemos observar a mistura entre estas cidades-estado e os impérios da Antigüidade que se fundaram sob o impacto da sua expansão.

Ao estudar as economias que se formaram em torno do Mediterrâneo antigo, como nos casos do Império Egípcio ou dos impérios Sumatra e Babilônico, ou inclusive no

interessante processo de integração comercial desenvolvido pelos fenícios, ou o Império Macedônico de Alexandre ou o Império Romano ( que se estendeu à Europa central ) ou nas suas divisões posteriores, em todos estes casos, encontramos o fenômeno da expansão das cidades-estado estrategicamente situadas e com uma economia em crescimento, para converter-se no centro de um império. Esta expansão se fundamentava, sobretudo, na extensão e aprofundamento de um regime de produção escravista e nas suas exigências de expansão para regiões vizinhas na busca de povos a serem escravizados. No entanto, foi-se fazendo necessário uma evolução do escravismo que o permitisse reproduzir-se, de maneira acumulada, nestas economias locais. O comércio escravo não poderia destruir totalmente essas economias sob o preço de destruir sua fonte de escravos.

Já na sua obra sobre o Mediterrâneo, Braudel (1983 e 1984) mostrava a formação dessa economia-mundo que determinava o conjunto das relações econômicas em que estavam fundadas as economias comerciais da Idade Média, do Renascimento e, posteriormente, da Idade Moderna. Ele, então, vai distingüir bem essas economias-mundo da emergência do moderno sistema capitalista mundial, que tem o caráter universal e integrador de várias economias que antes estavam totalmente separadas entre si.

Frank e Gills (1990) dão ao conceito de sistema mundial um sentido muito mais amplo do que os autores citados. Eles tentam identificar, inclusive, um sistema mundial que começou na Antigüidade em torno da rota da seda, ligando a China à economia romana. Depois, este sistema teria tido continuidade através do mundo greco-romano, bizantino e as outras formações árabes, mongóis e otomanas como parte de um sistema mundial que se amplia com as descobertas marítimas, integrando a África e a América e se expandindo num sistema mundial muito mais completo geograficamente. As teses de Frank são objeto de muito debate, porque - outra vez - apesar do caráter muito provocativo da sua proposta, vemos uma postura muito radical que também procura identificar como um fenômeno único e permanente um processo milenar que se desdobra numa longa e diversificada história.

Mas, não há dúvida de que Frank e Gills têm razão, ao apontar a existência de uma certa continuidade, que viria desde o Império Egípcio até a época contemporânea. Se essa continuidade nos permite falar da existência de um sistema mundial na Antigüidade, é um passo muito radical, muito forte. Mas, de qualquer forma, é necessário considerar essa

continuidade, seja sob a forma de um sistema mundial ou seja sob a forma de elementos geradores de um sistema mundial. A existência desta continuidade está fundada na capacidade do ser humano acumular conhecimento e riqueza através da memória, seja no plano subjetivo, seja na sua expressão material, expressa em obras históricas re-utilizadas pelas novas gerações. Esta continuidade explica, inclusive, o processo de acumulação crescente de riqueza e a mudança tecnológica que foi se passando de uma cultura a outra, de uma região para as outras, através desse grande processo civilizatório, permitindo que essas civilizações mantivessem muitos elementos comuns baseados não só na estrutura biológica da espécie humana, mas também no intercâmbio cultural que foi integrando-as ao mesmo mundo simbólico, cultural e civilizacional.

Estas raízes comuns explicam muitas realidades inexplicáveis. A simples impossibilidade de antevisão dessa realidade milenar mostra os limites de um modelo econômico que se reduza à análise das vantagens comparativas nas relações entre economias nacionais diferenciadas.

Ao lado desses conceitos de economia mundial, de sistema mundial, de economia-mundo, temos o conceito de globalização ou mundialização, que procura essencialmente referir-se às mudanças que vêm se operando no sistema econômico-político-social mundial nos últimos 20 ou 30 anos. Constata-se a criação de vários fenômenos mundiais que transcendem as fronteiras nacionais, tanto da economia como da sociedade, da política e da cultura, e tendem a se reproduzir como parte de um sistema mundial global, mesmo quando ainda possam depender de sistemas nacionais e locais para assegurar a sua reprodução total.

Sua tendência, contudo, é ir se independentizando desses sistemas nacionais para a sua reprodução. Esse conceito de globalização ou de mundialização é o nível mais alto do conceito de internacionalização, multinacionalização, transnacionalização, que foram discutidos intensamente nas décadas de 60 e 70. É necessário tomar cuidado com esses conceitos quando começam a suprimir conceitualmente os fenômenos históricos que os precedem. É evidente que, do ponto de vista conceitual, metodológico e teórico, temos que tomar em consideração, sobretudo, a capacidade de auto-reprodução desse sistema global, pois a essência da definição de uma economia global seria a sua possibilidade de se reproduzir independentemente das economias regionais, nacionais e locais.

Esta independência significa a aproximação a uma economia de caráter planetário, realidade que podemos observar com o aumento das escalas de produção a níveis tais que permitem o aparecimento de sistemas produtivos organizados em escala planetária e que se dirigem a um mercado planetário. São vários setores econômicos que vão se formando, cada vez mais dentro do critério de uma economia planetária, na medida em que a produção desses produtos supõem uma demanda igual e às vezes até superior a toda a população mundial, que poderia ser atendida por unidades de produção bastante restritas e integradas entre si. Desta forma a noção de uma economia planetária supera a de uma economia mundial na medida em que torna improvável e quase impossível a existência de várias economias mundo em competição. Ela não exclui contudo a existência de unidades econômicas locais, nacionais e regionais, que apresentarão grande diversidade cultural e mesmo um profundo corte civilizacional, por um longo período histórico. Uma economia planetária seria assim uma economia plural, uma integração de integrações, até que a humanidade possa elaborar um mundo simbólico e conceitual verdadeiramente planetário.

Dessa maneira, a noção de globalização adquire sua autonomia diante dos conceitos de economia mundial, sistema mundial e economia-mundo. Isso nos obriga, inclusive, a forjar o conceito de uma civilização planetária que se baseia na idéia de convergência de culturas e civilizações em torno de um convívio plural num sistema planetário único, no qual as forças transnacionais e globais seriam capazes de produzir fatos econômicos, sociais, políticos e culturais hegemônicos. Pode-se ver isso no fenômeno militar e na ameaça do holocausto nuclear, que foi aliviada devido a corajosa ofensiva soviética da Perestroika, da Nova Diplomacia e da Glasnost, que desarmou, em grande parte, o estopim e o mecanismo da confrontação nuclear mundial.

Esta dimensão global, contudo, não deixa de estar presente na nossa realidade contemporânea. Restam ainda conseqüências tecnológicas da Guerra das Estrelas que não sabemos ao certo como superar; resta ainda o desarmamento mundial a realizar-se completamente, estão na ordem do dia fenômenos como o efeito estufa ou o rompimento da camada de ozônio, que são fenômenos de ordem planetária. Mas também com fenômenos tais como a indústria espacial e a própria Aeronáutica, que vai se fazendo cada vez mais inviável, como várias indústrias nacionais. Por exemplo, para a televisão de alta definição impor-se está se buscando um acordo entre Japão, que tem a inovação, e Estados Unidos (e

por fazer-se com a Europa). A própria indústria automobilística tende a restringir bastante sua realidade, pelo menos a certos contextos regionais, com duas ou três indústrias por região. As indústrias de comunicação, cujos serviços podem ser administrados localmente, mas a partir de um sistema planetário baseado em satélites, vem exigindo a colaboração entre vários países.

Enfim, são vários os campos que vão delimitando, se não já indústrias planetárias, pelo menos indústrias de caráter regional, de colaboração entre vários países, que reforçam cada vez mais esse novo estágio de civilização que está se constituindo através do interesse comum dos países e governos. Estes se dão conta de que precisam, para sobreviver num planeta comum, integrado com modernos meios de comunicação e transporte, de algum grau de gestão a nível mundial, o que não vem sendo satisfeito pelo atual sistema das Nações Unidas, seja sob sua forma política, diplomática, seja sob sua forma econômica, através do Banco Mundial, do FMI e do GATT. Na verdade, as civilizações contemporâneas fazem parte de um sistema comum, são dependentes das mesmas fontes de recursos globais, e com populações que dependem de uma herança biológica e cultural comum à Humanidade.

Dessa forma, estamos diante de um processo civilizacional que se apresentou historicamente a partir da formação de um sistema econômico mundial, sob a hegemonia européia, que produziu uma identidade entre a civilização européia, também chamada hoje de civilização ocidental ou civilização cristã e judaica. E de certa forma também islâmica porque a relação entre essas civilizações foi muito próxima, sempre havendo certa irredutibilidade bastante discutível entre elas. Isto porque a primeira religião, a judaica, está baseada no Antigo Testamento, a segunda religião, a cristã, está baseada no Antigo e no Novo Testamentos, e a terceira religião, a islâmica, está baseada no Alcorão, que por sua vez integra o Antigo e o Novo Testamentos, revelando um processo acumulativo religioso, que procura integrar as civilizações anteriores e suas expressões religiosas. É verdade que o protestantismo surge depois do islamismo, sem absorvê-lo e manifestando um radicalismo forte. Mas já no protestantismo estão muitos elementos para uma religião mais teísta do que propriamente institucional, que poderia aceitar, em tese, todas as formas de religião. A elaboração última dessa civilização foi exatamente o racionalismo iluminista, que pretendeu transformá-la na fonte de toda civilização, excluindo as outras formas que

passariam a ser absorvidas por essa civilização da racionalidade, essa civilização *iluminada* que teria por tarefa histórica integrar todas as demais civilizações numa só civilização planetária.

A experiência da hegemonia européia parecia indicar a viabilidade dessa aspiração que vai, contudo, entrar em crise grave depois da Segunda Guerra Mundial com a emergência do movimento de descolonização, particularmente com a Conferência de Bandung que afirma existir nos países colonizados uma fonte civilizacional a ser resgatada contra a hegemonia européia. Assim, a noção de civilização planetária procura romper este eurocentrismo para lançar-nos num mundo de civilizações confluentes, mas diversas e às vezes até conflitantes em vários aspectos. E por que confluentes mas diversas?

Para responder a esta pergunta chamamos a atenção de nossos leitores para a obra de Umesao Tadao (1983) que, desde a década de 50, vem tentando compreender o processo civilizatório mundial através da diferenciação por grandes regiões ecológicas. Ele mostra como os impérios antigos se formaram em torno dos vales dos principais rios que compõem as regiões semi-áridas e em torno do mediterrâneo. Por outro lado, como extensão desta grande região, ao seu ocidente estavam os povos ainda atrasados da Europa central e ao Oriente estava o Japão. Foi nesta segunda região onde se desenvolveram as civilizações de base feudal que deram origem às civilizações modernas de alto desenvolvimento. Fora deste grande centro ecológico desenvolvem-se somente projetos civilizacionais altamente instáveis e indefinidos. Seu trabalho resulta na compreensão da sociedade moderna como uma convergência de seis grandes civilizações: a ocidental, dividida entre a sua parte americana e a sua parte européia; a civilização russa ou cristã-oriental; a civilização islâmica; a civilização japonesa; e a civilização chinesa. Recentemente, Huntington (1993) também propõe uma análise do período atual como um período de confrontação de civilizações.

Haveria de incluir-se aqui também as civilizações dos trópicos como a indiana, a sul-americana e a africana, que têm um forte conteúdo ecológico pela sua posição em zonas tropicais ou semitropicais, e pelo seu papel especial a desempenhar num mundo em que a energia da biomassa tende a ocupar um papel cada vez mais importante no mundo contemporâneo. Bautista Vidal (1987) desenvolve este conceito nos seus ensaios sobre esta nova civilização tropical, que tem muito que ver com os descobrimentos de Gilberto Freire,

apesar da crítica que recebe por ter identificado essa civilização como uma civilização portuguesa, ou luso-tropical, restringindo e muito a dimensão desta problemática que sobrepassa o mundo luso-tropical, para conformar uma unidade de referências históricas, tecnológicas e ecológicas que une a América do Sul e a África.

Vemos, assim, que os elementos do sistema econômico mundial já se desenvolveram suficientemente para que o vejamos como um sistema mundial hierarquizado que evolui através de um processo de desenvolvimento desigual e combinado, tal como Lenin e Trotsky o haviam percebido. E dispondo, na sua evolução, de um centro, de uma periferia e de uma semi periferia que realizam um intercâmbio desigual entre si. Através dele, grande parte dos excedentes produzidos nas regiões periféricas são deslocados para regiões semi periféricas e centrais, concentrando nelas as forças econômicas para a acumulação de capital e as possibilidades para a criação de condições de vida e de consumo extremamente elevadas em relação a estas zonas semi periféricas e periféricas. Nestas, a taxa de exploração do trabalho tem de ser muito mais elevada para permitir a formação de excedentes suficientemente amplos para serem remetidos em boa parte para o exterior. Esta super-exploração do trabalho impede a formação de um mercado interno poderoso e dificulta a acumulação de capitais e, portanto, o desenvolvimento econômico e social.

Os mecanismos pelos quais esse processo se materializa variam historicamente desde a simples pilhagem, realizada no período de expansão das descobertas marítimas, até a organização de economias exportadoras de tipo enclave, que vão se articular muito mais com a economia mundial do que com as economias locais (enclaves estes que serão maiores ou menores de acordo com a capacidade das economias locais de tributá-los), até as formas mais sofisticadas de empréstimos de capital e de investimentos. Estes empréstimos, que já se estabeleceram desde o século XIX, quando nossa independência contou com empréstimos entre bancos privados e os novos Estados nacionais emergentes, ou entre Estados e Estados, que terminam por receber juros muito superiores do que os empréstimos realizados.

Quanto aos investimentos, predominaram no século XIX aqueles sob a forma de investimentos em carteira. No século XX, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, há o domínio dos investimentos diretos, e posteriormente a volta dos empréstimos financeiros, em parte sob a forma de financiamento de empréstimos anteriores

ou refinanciamento. Estes últimos vão crescer nas décadas de 70 e 80 e principalmente na segunda metade da década de 80, onde vêm assumindo, em parte, a forma de aplicações em mercados financeiros locais que já se encontram amplamente desenvolvidos nos países dependentes. Seja porque alguns mercados financeiros locais alcançaram um certo grau de desenvolvimento autóctone, como é, em parte, o caso do Brasil, seja porque aí se implantaram paraísos fiscais, como o caso do Panamá.

Portanto, vemos os processos de intercâmbio desigual desdobrarem-se para o plano financeiro e comercial e para os serviços em geral. Através do sistema de preços monopólicos, contra os quais pouco podem defender-se os países periféricos ou semi periféricos, também se transferem enormes quantidades de recursos da periferia para o centro, o que só é possível pela super-exploração da força de trabalho nestes países. Neste sistema mundial hierarquizado, de desenvolvimento desigual e combinado, articulado por um centro, periferias e semi periferias em relações desiguais, o monopólio, o oligopólio e o cartel ocupam uma posição central, assumindo a forma de empresas multinacionais, transnacionais e mesmo globais. Na fase atual, formam-se enormes redes empresariais, que se desenvolvem no fim da década de 80 e na década de 90, captando recursos de todos os setores econômicos, através do controle da informação e dos sistemas de comunicação. Elas se convertem assim nas formas mais gerais do processo de acumulação, herdeiras das formas anteriores do capital.

Este sistema também se caracteriza por uma divisão internacional do trabalho que liga a produção agrícola e de matérias-primas aos setores industriais e de serviços. Ele combina setores econômicos da mais alta densidade tecnológica com distintos ramos de produção em mercados locais e mundiais, criando um sistema de produção internacional onde as partes de um mesmo produto são organizadas num grande complexo produtivo a nível internacional, e onde as trocas que ocorrem desta divisão internacional do trabalho vão se concentrando cada vez mais no interior das próprias firmas transnacionais ou globais. Produz-se assim uma hierarquia do processo de produção que inicia-se na sua base, nas atividades primárias, com pouca quantidade de trabalho vivo ou morto adicionada. Em seguida, passa-se às atividades que incorporam o trabalho industrial, reprodutivo e de massas. Mais em cima, encontram-se as atividades de grande intensidade de criação e conhecimento, como o planejamento, a orientação, a coordenação, a invenção, a pesquisa e

o desenvolvimento de produtos, a gestão dos processos econômico-sociais e culturais. Estas últimas atividades incorporam grandes massas de trabalho complexo e concentram cada vez mais o valor incorporado aos produtos.

Com o avanço da internacionalização dos serviços de produção de conhecimento, comunicação, lazer e turismo, transportes e financeiros, a divisão internacional do trabalho vem assumindo a forma de uma separação espacial entre os centros produtores de conhecimento, de pesquisa e de desenvolvimento, de gerenciamento e gestão e de informação (que vão se concentrando numas faixas metropolitanas, as quais vão se especializando cada vez mais nessas atividades de ponta e nas produções industriais que utilizam as novas tecnologias em processo de implantação), enquanto que a periferia vai se especializando nas produções agrícolas, mineiras e industriais ou mesmo em serviços que estão num nível inferior de complexidade e de agregação de valor.

Esta separação provoca também fortes repercussões culturais porque, no sistema econômico mundial, estas economias e sociedades dependentes não só desfrutam de um poder cada vez menor na condução do mundo, como também culturalmente vão sendo separadas dos centros produtores de conhecimento e de informação, apesar de integradas num sistema de informação mundial cada vez mais instantâneo. Vem logo em mente a imagem da aldeia global, mas não estamos diante de uma aldeia de iguais, e sim de uma sociedade formada por dominantes e dominados, superiores e inferiores, organizadores e produtores de cultura e consumidores de cultura.

Nesta sociedade, a questão da relação entre economia e cultura, economia e poder, economia e civilização, passa a ser uma referência crescente inclusive para a formação dos mercados, pois as resistências civilizacionais são também resistências à integração em mercados. Neste novo contexto cultural global, a assimilação dos elementos culturais considerados globais parte de um universo comum e planetário, criado desde centros de produção de marketing, e é colocada como tarefa das civilizações particulares que nelas devem dissolver-se. Coloca-se assim uma questão de sobrevivência de civilizações inteiras que se recusam a dissolver-se numa civilização global e única.

O fenômeno da identidade cultural passa a ser uma referência fundamental para a formação e desenvolvimento deste sistema econômico mundial e, ao mesmo tempo, para cada uma de suas partes. Este sistema mundial em formação não se vincula somente aos

movimentos de mercadorias, capitais e serviços entre economias iguais entre si. Ao contrário, os centros econômicos mais importantes tendem a destruir as economias e as culturas locais, através de mecanismos de *dumping*, que destróem toda a capacidade competitiva dos sistemas econômicos locais. Ao mesmo tempo, e como consequência disto e do caráter da divisão internacional do trabalho que acabamos de descrever, geram-se poderosos fenômenos de exclusão, marginalização e desemprego, como Prebisch já havia percebido na década de 70 ao aproximar-se da teoria de dependência.

Desta forma, a integração mundial do sistema econômico seria de uma minoria social dentro de um cosmopolitismo cultural pós-moderno, enquanto que a maioria da Humanidade estaria num mundo cultural desestruturado, hegemônico por essa cultura pós-moderna, e, portanto, próxima de uma situação de marginalização absoluta. As culturas e civilizações locais, no entanto, podem resistir a esse processo e gerar os mecanismos de assimilação das tecnologias modernas e dos elementos culturais universais, dentro de seu contexto cultural e civilizacional próprio e dentro de sua identidade cultural.

A luta entre essas concepções será muito forte nos próximos anos porque a primeira opção é a da marginalização da maioria da população mundial, sob o domínio de uma cultura cosmopolita, sem identidade, falsamente racional e universal. Enquanto que a segunda opção é a de integrar numa única civilização pluralista o conjunto das civilizações respeitando as contribuições que cada uma delas trouxe a um fundo comum da Humanidade, nas suas relações com a natureza e os outros seres humanos. Nesta civilização planetária, os estilos culturais, as soluções estéticas e as soluções emocionais encontradas por cada uma dessas formas culturais e civilizacionais serão motivos de um vasto diálogo entre os vários povos que compõem a Humanidade. Isto se refletiria na criação de modelos econômicos pluralistas.

Nesta situação, o conceito de desenvolvimento sofreria uma mudança radical daquela idéia essencial de reduzir o desenvolvimento à imitação das economias das sociedades desenvolvidas. Nesta nova concepção do desenvolvimento que vem crescendo nas mentes e na prática dos povos, é plenamente possível e até necessário respeitar as diversidades locais, regionais e culturais e ecológicas. Numa fase da revolução tecnológica em que se supera a produção de massas fordista para adotar a flexibilidade e a diversificação de

produtos dentro de cada mercado, a diversidade será o grande elemento do processo civilizatório planetário.

Poderíamos dizer que a tendência para a constituição de integrações regionais, que tendem a resgatar certas identidades culturais seria já uma expressão dessa relação profunda entre a evolução da economia mundial e as bases culturais das civilizações? De certa forma eu afirmaria que sim, no sentido de que se fazem necessários mercados cada vez mais amplos para as novas categorias científicas e tecnológicas, para os novos produtos da revolução científico-técnica. Os mercados regionais são mais maneáveis e assegurariam pólos de acumulação diversificados a nível mundial, ancorados nesses mercados regionais. Daí se partiria, então, para um mercado europeu, para um mercado extremo asiático, e também para alguma forma de mercado islâmico ou do Oriente Médio, como também um mercado sul-africano, onde a África do Sul seria um dos elementos integradores, junto com o Brasil e o Mercosul.

Esta situação coloca um desafio radical para o Brasil, país que pelas suas dimensões continentais não se deixa assimilar ao universo econômico dos Estados Unidos, cada vez mais decadente e interiorizado. A prova disto está na queda dos EUA para terceiro lugar entre os grandes blocos que comerciam com o Brasil. A Comunidade Européia e, em primeiro lugar, a ALADI (com particular referência ao MERCOSUL) constituem hoje os primeiros parceiros comerciais do país. Ao mesmo tempo o Brasil lança a idéia de uma Aliança da América do Sul, onde o Chile, a Venezuela e outros países querem se integrar ao MERCOSUL e onde o Pacto Amazônico começa a criar uma política comum nos países da bacia do maior rio do mundo.

Os Estados Unidos representam hoje a terceira zona de comércio para o Brasil. É também manifesta sua tendência a ampliar seu comércio e a exportação de serviços para a África, da mesma maneira em que o mesmo se amplia em direção à Ásia. Ainda estão por explorar as potencialidades do relacionamento do Brasil com outras potências tropicais como a Índia, com a qual haveria um imenso campo de pesquisa comum a realizar para dominar as forças energéticas que os trópicos proporcionam. Estão ainda por desenvolver-se as relações com a ex-URSS, com a China e com outras realidades das quais o país esteve separado durante a Guerra Fria.

A formação do NAFTA, integrando numa zona de livre comércio entre o México, os Estados Unidos e o Canadá, exerceria uma forte atração sobre o Caribe e a América Central, onde a economia norte-americana estaria ocupando um papel fundamental de mercado central - papel ao qual vem sendo relegada na articulação do conjunto da economia mundial, na medida em que se converte numa economia importadora de capitais, de mercadorias e de vários serviços importantes. No meu estudo sobre os novos alinhamentos geopolíticos mundiais (1992), designei esta nova situação dos EUA no mundo contemporâneo como "a hegemonia compartilhada dos Estados Unidos na economia mundial". São estes fatos que explicam que os Estados Unidos aceitem pela primeira vez a formação de coordenações política latino americanas, como o Encontro de Presidentes e chefes de Estado Ibero-Americanos e chegue a convocar uma Cúpula das Américas que reúne pela primeira vez os chefes de Estado Latino-Americanos com os Estados Unidos e o Canadá.

Esta tentência às formações regionais se torna mais evidente quando a China e o Japão buscam um acordo no qual se integrariam a Coréia, a Sibéria, os países da ASEAN e a região da antiga Indochina. Este conjunto formaria uma grande unidade econômica que terá relações com a Europa através do Golfo Pérsico e do Oceano Atlântico, assim como forma um contínuo com os Estados Unidos através do Pacífico. Ao mesmo tempo, a Índia se projeta para a fronteira com o Paquistão e o mundo islâmico, abrindo-se sobre a África Oriental através do Oceano Índico e sobre todo o continente africano, onde estará a maior concentração de população do mundo, ao lado da Índia e da China, dentro de três décadas. E por que não uma política comum de exploração das potencialidades da biotecnologia junto com outras potências tropicais, como o Brasil?

Enfim, a noção de um sistema econômico mundial nos obriga a repensar a realidade do desenvolvimento econômico contemporâneo no contexto da formação dessa nova civilização planetária, contexto este que, para melhor operacionalizar nos exigiria buscar outros elos abandonados da teoria econômica. E seguramente o próximo passo seria a busca daquele fator que vem acumulando, através de mudanças qualitativas fundamentais, todo esse processo histórico de criação de um sistema econômico mundial, e apontando para essa civilização planetária. Esta é exatamente a mudança tecnológica e particularmente a revolução científico-técnica à qual venho dedicando anos de estudo, e que deve ser objeto

de análise para podermos entender a constituição de uma teoria econômica, relevante para a compreensão dos problemas do nosso tempo.

### **Bibliografia Básica**

A literatura sobre economia mundial sofreu uma mutação qualitativa e quantitativa na década de 70. Neste período surge uma vasta literatura de modelos econômicos mundiais a partir do Informe do Clube de Roma (1972), o Informe Rio da Nações Unidas, dirigido por Timbergen (1976), o de Leontief (1977), os Informes Brandt (1980, 1983, 1985), o Global 2000 Report do presidente dos Estados Unidos (1980), o Informe da Comissão Olof Palme (1982), o Informe de Fidel Castro (1983), o estudo da OCDE (1979) e, recentemente, o Informe Sul (1990) e as perspectivas tecnológicas da América Latina, de Amilcar Herrera(1989).

Nesta mesma época surgem os estudos anuais sobre vários aspectos da economia e política mundial:

- A partir de 1978 o Banco Mundial publica seu Informe Anual sobre o desenvolvimento.
- O FMI iniciou em 1980 seu *World Economic Outlook*.
- As Nações Unidas passaram a publicar, desde 1986, seu *Report on the World Economy*.
- A partir de 1991 o PNUD publica seu *Annual Development Report* e a partir de 1994 seu anual report ou Human development.
- Desde 1961 a OCDE estuda a economia mundial e publica os Economic Outlook por país. Ela criou também o modelo econométrico INTERLINK. Ao seu lado está o modelo WALRAS da Comunidade Européia.
- O Centro das Nações Unidas sobre as Empresas Transnacionais publica importantes relatórios desde 1973. A partir de 1991 passa a publicar anualmente os *World Investment Reports*.
- A UNCTAD publica seu informe anual sobre o Comércio Mundial, cada vez mais completo como análise da economia mundial.

Também surgiram várias publicações de centros de estudo tais como o RAMSÉS, publicado pelo IFRI desde 1981; o *State of the World* do Worldwatch Institute, desde 1984;

os *État du Monde* das edições La Découverte de Paris, desde 1981 (sua primeira tradução ao português publicou-se em 1983 sob o título de "O Mundo de Hoje/93", editora Ensaio).

O CEPII, em Paris, publica informes sobre vários aspectos da economia mundial e tem o seu próprio modelo econométrico. A cada dia surgem novos estudos e publicações sobre vários aspectos da economia e do mundo contemporâneo.

Uma orientação bibliográfica mais sistemática se encontra em meus livros: Theotonio Dos Santos, **Economía Mundial y Integración Latinoamericana**, Plaza y Janéz, México, 2004.

Veja-se também os web sites que mantemos sobre esta temática:

- [www.reggen.org.br](http://www.reggen.org.br) (REGGEN – Catedra y Red sobre Economía Global y Desarrollo Sostenible – UNESCO – UNU).
- [www.redem.buap.mx](http://www.redem.buap.mx) (REDEM – Red de Economía Mundial).
- [www.pekea.org](http://www.pekea.org) (PEKEA – Political and Ethical Knowledge for Economic Activities)